

**O EFEITO DA AUDITORIA NAS CORREÇÕES FISCAIS.  
EVIDÊNCIA EMPÍRICA DE EMPRESAS PRIVADAS PORTUGUESAS**

**Paulo Jorge Varela Lopes Dias**

Professor auxiliar, Escola de Gestão, Departamento de Contabilidade,  
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Business Research Unit (BRU-IUL)

**Área temática:** a) Información Financiera y Normalización Contable

**Palavras-chave:** Resultado Fiscal, Resultado Contabilístico, Auditoria, Empresas portuguesas, Empresas não cotadas

# O EFEITO DA AUDITORIA NAS CORREÇÕES FISCAIS. EVIDÊNCIA EMPÍRICA DE EMPRESAS PRIVADAS PORTUGUESAS

## Resumo

O principal objetivo deste trabalho de investigação consiste em verificar em que medida a auditoria às contas financeiras individuais das empresas nacionais não cotadas está associada com o nível de *Book-Tax Differences*, apurado pela diferença entre o valor contabilístico reportado e as correspondentes declarações fiscais. O estudo empírico teve por base 236.950 observações de 2010 a 2013 obtidas da base de dados Bureau van Dijk's Amadeus. Os resultados permitem concluir que as empresas auditadas apresentam maiores diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, com particular destaque para aquelas que são auditadas por umas das denominadas Big 4.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resultado Fiscal, Resultado Contabilístico, Auditoria, Empresas portuguesas, Empresas não cotadas

## Abstract

*The main goal of this research is to check how the audit of the individual financial accounts of unlisted national companies is associated with the level of Book-Tax Differences, calculated by the difference between the reported book value and the corresponding tax returns. The empirical study was based on 236,950 observations from 2010 to 2013. The accounting data were taken from the data base Bureau van Dijk's Amadeus. The results obtained allow us to conclude that the companies whose accounts are audited show greater differences between the accounting result and the tax result, particularly those that are audited by one of the four largest professional services networks in the world.*

**KEYWORDS:** *Taxable Income, Accounting Income, Book-Tax Differences, Audit, Portuguese Companies, Unlisted Companies*

## 1 - INTRODUÇÃO

Apesar de reconhecida a indispensabilidade das normas contabilísticas para o apuramento do imposto, as relações entre a fiscalidade e a contabilidade são historicamente caracterizadas por inúmeras controvérsias, uma vez que prosseguem objetivos distintos ainda que muitas vezes concordantes ou complementares. A procura da demonstração da real situação económica e financeira da empresa, seguida pela contabilidade e garantida pela auditoria, pode não corresponder à necessidade fiscal do Governo na obtenção de recursos financeiros que permitam a concretização das suas políticas. Esta separação de objetivos poderá, em alguns casos, conduzir à coexistência de duas contabilidades nas empresas, uma de âmbito estritamente financeiro e outra com propósitos meramente fiscais.

Neste contexto convém referir que a opção tomada pelo legislador fiscal consiste numa solução integradora onde são incorporadas no resultado contabilístico diversas correções para efeitos exclusivamente fiscais, afastando assim os cenários extremos de uma separação total ou de uma identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade. A não-aceitação de certo tipo de despesas ou o reconhecimento como rendimento de factos não registados contabilisticamente, entre outro tipo de correções fiscais não refletidas na contabilidade, são alguns desses exemplos.

A literatura existente tende a desvalorizar as motivações fiscais quando aborda os incentivos à gestão dos resultados. Este facto deve-se fundamentalmente ao tipo de empresas tratadas na generalidade desses artigos, nos quais se dá particular destaque às grandes empresas cotadas em bolsa, principalmente americanas, auditadas por prestigiadas empresas de auditoria e onde é mais fácil demonstrar a teoria da agência de Jensen & Meckling (1976). Em países como Portugal, cujo tecido empresarial é composto fundamentalmente por pequenas e médias empresas, é comum que a figura do gestor da empresa se confunda com a do seu proprietário. Este facto poderá contribuir para que este dedique uma maior atenção aos encargos fiscais que a empresa tem de suportar, levando os gestores a atuar no sentido de os tentar reduzir (Eilifsen et al., 1999).

Para muitas empresas, a contabilidade financeira era essencialmente vista como veículo de determinação do lucro tributável, servindo o normativo fiscal de justificação para a mensuração das despesas e sua evidenciação nas demonstrações financeiras, conduzindo assim a diferenças pouco significativas entre o resultado contabilístico e o fiscal. Mais recentemente, e devido à implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), esta união tornou-se menos evidente e a sua separação aparenta ser mais efetiva. É precisamente aqui que o papel do auditor assume primordial importância, uma vez que a sua função está fundamentalmente focada em garantir o cumprimento do normativo contabilístico,

mesmo que daí resultem significativas diferenças para o resultado fiscal. É assim expectável que as empresas auditadas apresentem maiores diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal, denominadas *Book-Tax Differences* (BTD), do que as não auditadas.

O principal objetivo deste trabalho de investigação consiste assim em verificar em que medida a auditoria às contas financeiras individuais das empresas portuguesas não cotadas está associada com o seu nível de BTD. Para o efeito utilizou-se uma amostra de empresas com informação disponível entre 2010 a 2013, com a qual se conclui sobre a influência da auditoria nas BTD em especial nas contas auditadas por uma das Big4.

Pelos resultados obtidos foram encontradas evidências que as empresas auditadas estão associadas a maiores níveis de BTD, em especial nas contas auditadas por uma das Big4 e em concordância com a literatura recente sobre esta matéria Huang & Chang (2016)

Após o presente capítulo, referente à introdução, seguir-se-á a uma breve revisão da literatura, a apresentação da metodologia utilizadas, dos resultados alcançados e das respetivas conclusões. O estudo encerra com a identificação das referências bibliográficas utilizadas.

## **2 - REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES**

De acordo com o previsto pela Constituição da República Portuguesa (CRP), "*A tributação das empresas incide fundamentalmente sobre o seu rendimento real*" (artigo 104.º n.º 2), cujo conceito tem levantado diversas questões de investigação ao longo dos anos.

Segundo o artigo 17.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o lucro tributável é constituído pela soma algébrica do resultado líquido contabilístico do período de tributação em causa, das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período, e não refletidas naquele resultado, e das correções fiscais a acrescer ou a deduzir determinadas nos termos desse Código, o que poderá representar uma significativa alteração face ao resultado determinado pela contabilidade. Assim, a não-aceitação de certo tipo de despesas, a aplicação de taxas de imposto sobre rendimentos presumidos, ainda não ocorridos, ou mesmo a aplicação de tributações autónomas sobre alguns encargos independentemente de serem dedutíveis ou não, poderá estar a afastar severamente o rendimento tributável do rendimento contabilístico e, por sua vez, do referido desígnio constitucional de tributar o rendimento real.

Este imperativo constitucional é, ou procura ser, o grande orientador de toda a legislação fiscal sobre a tributação do rendimento das empresas, tal como consta no preâmbulo do CIRC, onde se evidencia que o objetivo principal é que a tributação incida sobre o rendimento real efetivo,

reconhecendo no entanto o papel essencial da contabilidade, enquanto instrumento de medida e informação da realidade económica das empresas, para que tal propósito seja atingido. Com a entrada em vigor do SNC esta separação entre a contabilidade e a fiscalidade tornou-se mais evidente, assumindo o auditor um papel de importância primordial, uma vez que a sua função está fundamentalmente focada em garantir o cumprimento do normativo contabilístico, mesmo que daí resultem significativas diferenças para o resultado fiscal.

Passaremos então ao desenvolvimento teórico dos dois pilares basilares deste trabalho, nomeadamente as *Book-Tax Differences* (BTD) e a qualidade da auditoria, não deixando de identificar, em ambos os casos, o que a literatura tem referido sobre esta temática.

## **2.1 – BOOK-TAX DIFFERENCES**

A investigação internacional sobre esta matéria não é consensual quanto aos benefícios para a qualidade da informação da existência de um sistema de reporte único que sirva de igual modo a contabilidade e a fiscalidade (Hanlon & Shevlin, 2005). Se por um lado o reporte único poderia restringir o comportamento oportunista por parte dos gestores para melhorar a imagem percebida sobre as contas da empresa (Desai & Dharmapala, 2009; Nowotny, 2008; Whitaker, 2006; Desai, 2005) e conduzir a uma significativa redução de custos a suportar pelas empresas com o reporte das suas demonstrações financeiras e fiscais (Desai & Dharmapala, 2006), por outro a diminuição da base de informações necessária aos mercados financeiros poderia acarretar custos substanciais para a obter (Hanlon et al., 2008; Hanlon & Shevlin, 2005; Hanlon et al., 2005) entre outras desvantagens enfatizadas por outros autores (Hanlon & Shevlin, 2005; Freedman, 2004; Desai, 2003; Porcano & Tran, 1998), os quais conseguiram demonstrar que as modificações na base tributária impostas pelas normas contabilísticas não afetam significativamente a carga fiscal das empresas.

No caso português, e afastados os cenários de total separação ou de identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade, a solução adotada tem sido a manutenção de um modelo de dependência parcial “[...] *que, no essencial, consiste em fazer reportar, na origem, o lucro tributável ao resultado contabilístico ao qual se introduzem, extracontabilisticamente, as correções fiscais* [...]” conforme se refere no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

Deste modo é estreita a ligação entre ambas, com a fiscalidade a respeitar a vertente contabilística dos resultados, impondo no entanto, e em determinadas matérias, regras próprias e limites de mensuração diferentes para a determinação do resultado fiscal ou o seu

simples reconhecimento no tempo, originando assim valores distintos para os resultados da empresa para efeitos de tributação.

A opção tomada consiste numa solução integradora onde é incorporado no resultado contabilístico diversas correções gerais sobre a sua determinação para efeitos exclusivamente fiscais, afastando assim os cenários extremos de uma separação total ou de uma identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade. A não-aceitação de certo tipo de despesas ou o reconhecimento como rendimento de factos não registados contabilisticamente, entre outro tipo de correções fiscais não refletidas na contabilidade, são alguns dos exemplos aqui enquadráveis.

Assim, as diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal poderão ser originadas não só por diferenças permanentes e irreversíveis como por diferenças temporárias ou diferidas. As primeiras resultam do não reconhecimento fiscal definitivo de rendimentos ou gastos registados contabilisticamente e são muitas vezes alvo de estudos que as relacionam com fatores como a agressividade e a competitividade fiscal das empresas (Frank et al., 2009; Wilson, 2009; Desai, 2003; Mills, 1998; Weisbach, 2001). As diferenças temporárias entre a contabilidade e a fiscalidade implicam que o efeito da divergência se possa reverter no futuro, pelo que as BTB temporárias serão, então, resultantes da aplicação dos critérios de mensuração ou reconhecimento diferido dos rendimentos ou dos gastos.

Deste modo, todos os itens definitiva e exclusivamente incluídos no resultado contabilístico ou no resultado fiscal constituem as denominadas diferenças permanentes (Frank et al., 2009; Poterba et al., 2007; Hanlon et al., 2005), das quais são um exemplo frequente as despesas não dedutíveis que a contabilidade considerou como uma componente negativa do resultado e que posteriormente serão alvo de uma correção fiscal para efeitos de determinação do lucro tributável e que não será passível de reversão futura, como por exemplo o pagamento de multas ou demais encargos com a prática de infrações.

Os exemplos mais comuns de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal são os que advêm das perdas por imparidade, do justo valor ou da simples utilização de valores de depreciação superiores ao previsto pelo normativo fiscal que, não obstante, serão passíveis de reconhecimento futuro, tal como referido anteriormente.

Conscientes destas diferentes definições, alguns autores, em função do objetivo do seu estudo ou das características das empresas tratadas, têm optado pela utilização do valor total das BTB como variável de estudo (Watrín et al., 2014; Hanlon et al., 2012).

## **2.2- QUALIDADE DA AUDITORIA**

São inúmeros os estudos existentes que demonstraram que a qualidade dos auditores pode condicionar e restringir a gestão dos resultados (por exemplo, Badertscher et al., 2009; Reichelt & Wang, 2010; Chen et al., 2011; DeFond & Jiambalvo, 1993; Francis et al., 1999; Kim et al., 2003). Deste modo, é expectável que auditores de alta qualidade possam realizar trabalhos de auditoria mais rigorosos que minimizem o risco de falha da auditoria, levem a maiores correções nas demonstrações financeiras e uma menor exposição a litígios ou inconformidades.

Entre as diversas formas de medir a qualidade da auditoria defendidas pela literatura, optou-se pela dimensão do auditor (Becker et al., 1998; DeAngelo, 1981; Francis et al., 2005), a qual é vulgarmente mensurada com recurso à variável dicotómica Big4 que assume valor 1 quando as contas são auditadas por uma das quatro maiores auditoras do mundo, designadamente pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited (Deloitte), PricewaterhouseCoopers (PwC), Ernst & Young (E&Y) ou pela Klynveld Peat Marwick Goerdeler (KPMG). e valor 0 quando o não são.

### **2.3- DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES**

Alguns autores têm obtido evidências de que as atividades de gestão ou evasão fiscal afetam as demonstrações financeiras das empresas, uma vez que a justa representação das despesas fiscalmente aceites e dos correspondentes acréscimos de impostos distorce a visão verdadeira e apropriada das contas da empresa (Maydew & Shackelford, 2007; Dhaliwal et al., 2004; Christensen et al., 2015). Assim, as empresas que adotam uma gestão de lucros motivada por um menor pagamento de impostos, subestimando as receitas ou exagerando as despesas, acabam por reportar uma informação financeira de menor qualidade. Uma vez que a fiscalidade é, por norma, menos permissiva a práticas de gestão de resultados do que a contabilidade, é natural que esta atuação ocorra fundamentalmente ao nível contabilístico, apresentando assim menores níveis de BTB. Torna-se assim fundamental para os auditores entender tanto as normas de relato financeiro como a legislação fiscal relacionada com as estratégias dos seus clientes ao nível do seu planeamento fiscal, servindo assim de agentes controladores deste tipo de políticas.

Para além disso, caso a estratégia fiscal adotada por um cliente seja tão agressiva que possa desencadear uma inspeção tributária e dela venham a resultar obrigações fiscais adicionais, nomeadamente pelo pagamento de multas e outras penalizações pela prática de infrações tributárias, os auditores devem exigir que o cliente reconheça uma provisão para encargos fiscais a suportar no futuro para o compensar, ainda que este não seja passível de dedução em sede de imposto conduzindo por isso a uma BTB mais elevada.

Estes argumentos conduzem à formulação da seguinte hipótese de investigação:

**H1: Existe uma relação positiva entre a auditoria às contas e o nível de BTB**

Paralelamente, os auditores de alta qualidade não gostam de se ver envolvidos em processos deste género, uma vez que podem vir a ser responsabilizados e acusados de comportamento negligente, afetando significativamente a sua reputação, o que os leva a procurar reduzir a probabilidade de incumprimento fiscal dos seus clientes e a tentar dissuadi-los na adoção de políticas fiscais agressivas, substituindo-as por outras menos expostas ao risco (McGill, 1988; Klepper et al., 1991). É neste contexto que foi então formulada a seguinte hipótese de investigação:

**H2: Existe uma relação mais positiva entre a auditoria às contas efetuada por uma das Big4 e o nível de BTB**

### **3- SELEÇÃO DA AMOSTRA E METODOLOGIA**

O principal objetivo desta investigação consiste em verificar se existe uma relação entre as diferenças entre o resultado líquido e o resultado fiscal e o facto das demonstrações financeiras serem auditadas. Foi ainda analisado o efeito de outras variáveis no nível de BTB, nomeadamente a dimensão das empresas, a sua rentabilidade ou evolução da atividade.

#### **3.1- SELEÇÃO E ESTUDO DA AMOSTRA**

A amostra recolhida e que serve de base a este estudo inclui todas as empresas portuguesas com informação disponível nos anos de 2010 a 2013, obtidas na base de dados Bureau van Dijk's Amadeus. A escolha deste período justifica-se pela alteração do normativo contabilístico verificado em 2010, evitando assim os potenciais efeitos de adaptação no ano de transição. Pelas suas características excluíram-se as empresas financeiras e as pertencentes à Administração Pública. Para cada uma das variáveis utilizadas no modelo foram eliminadas as empresas que apresentavam valores extremos, os quais foram identificados por se situarem fora do intervalo definido pela média mais/menos 3 vezes o desvio padrão. Chegou-se assim a um universo final de 236.950 observações.

A Tabela I caracteriza a amostra por setor atividade, dividindo-os consoante a contas são ou não auditadas e, em caso afirmativo, se o foram por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo. Tal como sucede no universo das empresas nacionais, os setores do comércio e indústria são os mais representativos, sendo responsáveis por aproximadamente metade do número total das observações recolhidas (48,8%). Constatou-se que 13,2% das



empresas incluídas nesta amostra tiveram as suas contas auditadas e que apenas 2,2% o foram por uma das denominadas *Big4*.

TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SETOR DE ATIVIDADE

<b>Descrição</b>	<b>Auditadas</b>	<b>Big4</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
A Agricultura e pesca	793	46	6.347	2,7%
B Indústrias extrativas	230	34	825	0,3%
C Indústrias transformadoras	7.870	1.148	40.520	17,1%
D Energia	376	252	626	0,3%
E Água	541	235	972	0,4%
F Construção	2.314	211	22.499	9,5%
G Comércio	8.898	1.353	75.007	31,7%
H Transportes e armazenagem	1.452	292	10.711	4,5%
I Alojamento e restauração	1.304	143	10.302	4,3%
J Informação e comunicação	1.087	313	5.276	2,2%
L Atividades imobiliárias	2.169	365	6.955	2,9%
M Consultoria	1.772	298	24.190	10,2%
N Serviços de apoio	1.147	292	7.108	3,0%
P Educação	334	20	2.540	1,1%
Q Saúde humana e apoio social	548	161	18.718	7,9%
R Cultura	296	47	1.486	0,6%
S Outros serviços	56	6	2.868	1,2%
<b>Total</b>	<b>31.187</b>	<b>5.216</b>	<b>236.950</b>	<b>100%</b>
<b>%</b>	<b>13,2%</b>	<b>2,2%</b>	<b>100,0%</b>	

### **3.2- METODOLOGIA**

Com o objetivo de estudar a relação entre as BTB e a qualidade da auditoria foi utilizado um modelo que a evidencie, tendo sido calculadas as variáveis necessárias para o mesmo.

#### *Variável dependente – Book-Tax Differences*

Tal como referido, as BTB pode ser originadas tanto por diferenças permanentes, resultantes do não reconhecimento irreversível de rendimentos ou gastos registados contabilisticamente

ao nível fiscal, como por diferenças temporárias, originadas pelo simples diferimento no tempo desse reconhecimento. No entanto, e tendo em consideração as características das empresas incluídas na amostra, optou-se por utilizar o valor total das BTB resultante da diferença entre o resultado antes de impostos e a divisão entre o total dos impostos pela taxa nominal correspondente, tal como havia sido apresentado por Watrin et al. (2014) para as contas individuais e anteriormente por Hanlon et al. (2012) para as contas consolidadas:

$$BTB_{i,t} = PTBI_{i,t} - \left( \frac{Taxation_{i,t}}{Tax Rate_{k,t}} \right) \quad (1)$$

Em que:

$BTB_{i,t}$  = diferenças totais da empresa i no ano t (*total book-tax difference*);

$PTBI_{i,t}$  = resultados antes de impostos da empresa i no ano t (*pre-tax book income*), o qual corresponde à variável “*P/L before tax*”;

$Taxation_{i,t}$  = total de impostos (correntes e diferidos) da empresa i no ano t, o qual corresponde à variável “*Taxation*”; e

$Tax Rate_{k,t}$  = taxa nominal de IRC na região k no ano t<sup>1</sup>.

Foi assim possível calcular o valor total das diferenças para cada empresa em cada um dos anos em estudo, o qual foi posteriormente dimensionado pelo ativo líquido total do ano anterior de modo a resolver eventuais problemas de heteroscedasticidade da amostra.

Quanto às variáveis de controlo, são vários os estudos que fornecem evidências de que algumas características operacionais das empresas estão associadas à qualidade dos resultados (Watrin et al., 2012; Teshima & Shuto, 2008; Lee & Yeo, 2007; Klein, 2002; Jung, 1989; Lindahl, 1989; Becker et al., 1998; Hayn, 1995). A inclusão da dimensão da empresa (*Size*) resulta da evidência demonstrada por diversos estudos sobre a sua relação com a qualidade da informação financeira, ainda que as conclusões sobre o sentido da mesma sejam muitas vezes contraditórios (Burgstahler & Dichev, 1997; Burgstahler & Eames, 2003;

---

<sup>1</sup> nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição da República Portuguesa, o sistema fiscal português goza de uma outra especificidade na qual se prevê a possibilidade de serem aplicadas taxas de tributação mais baixas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, dotando as respetivas Assembleias Legislativas de autonomia para, nos termos da lei e tendo em conta a situação financeira e orçamental de cada região autónoma, diminuir as taxas nacionais de IRC até ao limite de 30%, o que levou à necessidade de proceder à identificação da localização da sede das empresas de modo a conhecer a taxa nominal de IRC aplicada em cada um dos anos da amostra.

Desai, 2003; Hayn, 1995). O facto de alguns autores, incluindo no caso das empresas portuguesas (Marques et al., 2011), terem documentado a existência de uma forte distorção na distribuição dos resultados em torno do zero, tendo evidenciado a presença de um número reduzido de empresas com pequenos prejuízos e, por outro lado, um número estatisticamente elevado de empresas com lucros pequenos, justificando assim a inclusão da variável rentabilidade (*Profitability*) no modelo. Relativamente ao crescimento das empresas (*Growth*) são diversos os autores que têm procurado estudar a sua relação com a qualidade dos resultados reportados, tendo Skinner & Sloan (2002) evidenciado que as empresas com maior crescimento apresentam maior propensão para a utilização de práticas de gestão dos resultados do que as restantes empresas.

A primeira hipótese de investigação apresentada centra-se no estudo da relação entre a auditoria às contas financeiras individuais das empresas portuguesas não cotadas e as *Book-Tax Differences*. Com este objetivo recorreu-se à regressão linear resultante da equação (2):

$$BTD_{i,t} = \alpha_0 + \beta_1 Audit_{i,t} + \sum \beta_m CONTROL_{i,t}^m + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

A descrição e mensuração das variáveis da equação (2) são apresentadas na Tabela II tendo-se considerado o *Size*, o *Profitability* e o *Growth* como variáveis de controlo.

TABELA II - DESCRIÇÃO E MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Variáveis	Descrição e Mensuração
BTD	<i>Book-Tax Differences</i> em valores absolutos deflacionadas pelo total do ativo
Audit	Variável <i>Dummy</i> que assume valor 1 quando as contas são auditadas
Size	Logaritmo natural do total do ativo
Profitability	Rácio entre o resultado líquido do exercício e o total do ativo
Growth	Variação percentual do total do ativo

De acordo com a literatura, a qualidade da auditoria pode ser medida pela dimensão do auditor pelo que, e para poder testar a segunda hipótese de investigação recorreu-se à variável dicotómica *Big4* a qual assume valor 1 quando as empresas são auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG e valor 0 quando não são (Wang et al., 2008; Minnick & Noga, 2010; Lanis & Richardson, 2011; Becker et al., 1998; DeAngelo, 1981). Com esse intuito, substitui-se a variável *Audit* incluída na equação (2) por esta nova variável, dando assim lugar a uma nova equação (3):

$$BTD_{i,t} = \alpha_0 + \beta_1 Big4_{i,t} + \sum \beta_m CONTROL_{i,t}^m + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

A opção de não incluir no modelo a variável *Audit* e *Big4* foi tomada após verificado empiricamente que esse facto não alteraria as conclusões entretanto alcançadas, uma vez que a nova variável (*Big4*) é condicionada pela primeira, uma vez que apenas as empresas cujas contas foram auditadas (*Audit* = 1) poderão tê-lo por uma das *Big4*, pelo que as não auditadas nunca poderão apresentar um valor de *Big4* igual a 1.

#### 4- RESULTADOS

De acordo com a Tabela III, onde se apresenta a média e o desvio padrão de cada uma das variáveis incluídas no modelo, bem como a variável dependente *BTD*, a média das diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal sobre o valor do ativo é de 0,045. A média da dimensão das empresas da amostra, medida pelo logaritmo natural do total do ativo, é de 6,208. Observa-se também que a média da rentabilidade e do crescimento do ativo foram de 2,1% e 2,4% respetivamente.

Finalmente, e ainda de acordo com a Tabela III, constata-se que apenas 13,2% das empresas incluídas nesta amostra tiveram as suas contas auditadas, sendo que apenas 2,2% o foram por uma das denominadas *Big4*, tal como já havia sido referido anteriormente.

TABELA III - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Máximo</i>	<i>Mínimo</i>
<i>BTD</i>	0,045	0,019	0,070	0,957	0,000
<i>Audit</i>	0,132	0,000	0,338	1,000	0,000
<i>Big4</i>	0,022	0,000	0,147	1,000	0,000
<i>Size</i>	6,208	6,060	1,521	13,729	1,821
<i>Profitability</i>	0,021	0,016	0,100	1,054	-0,068
<i>Growth</i>	0,024	0,001	0,218	3,666	-0,956

Na Tabela IV estão apresentados os coeficientes de correlação de *Pearson* das variáveis que integram o primeiro modelo estudado. Verifica-se que não existe uma relação forte entre cada variável do modelo, pelo que se justifica a inclusão de todas.

TABELA IV – MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	<i>BTD</i>	<i>Audit</i>	<i>Size</i>	<i>Profitability</i>	<i>Growth</i>
<i>BTD</i>	1,000				
<i>Audit</i>	-0,047	1,000			
<i>Size</i>	-0,258	0,565	1,000		
<i>Profitability</i>	-0,415	-0,027	-0,013	1,000	

	<i>BTD</i>	<i>Audit</i>	<i>Size</i>	<i>Profitability</i>	<i>Growth</i>
<i>Growth</i>	-0.051	-0,007	0,064	0,276	1,000

A primeira regressão permite concluir sobre a relação entre as contas auditadas e o nível de *BTD*, tendo-se utilizado o método de estimação dos mínimos quadrados ordinários na estimação dos respetivos parâmetros. É expectável que o sinal do coeficiente da variável dicotómica *Audit* seja positivo, permitindo assim validar a hipótese 1.

Na Tabela V apresentam-se os resultados da estimação do modelo de regressão (equação (2)), onde se relaciona o nível de *BTD* com o facto das contas financeiras das empresas serem ou não auditadas, a sua dimensão, a rentabilidade e a taxa de crescimento do ativo.

TABELA V - A RELAÇÃO ENTRE AS CONTAS AUDITADAS E O NÍVEL DE *BTD*

<b>Variáveis independentes</b>	<b>Sinal</b>	<b>Coeficiente</b>	<b>Teste T</b>
Constante		0,147***	(245,49)
<i>Audit</i>	+	0,029***	(64,65)
<i>Size</i>		-0,016***	(-162,21)
<i>Profitability</i>		-0,311***	(-240,11)
<i>Growth</i>		0,030***	(51,26)
Adj. R <sup>2</sup>		0,262	
Durbin-Watson		0,969	

\*\*\* estatisticamente significativo para um nível de significância de 0.01.

Estes resultados evidenciam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis *BTD* e *Audit*, levando a concluir que, em média, as empresas auditadas estão associadas a maiores diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal. Esta relação é estatisticamente significativa e está em conformidade com a primeira hipótese de investigação. Não foram detetados problemas de multicolinearidade entre todas as variáveis explicativas incluídas no modelo uma vez que o valor de *VIF* (*Variance Inflation Factor*) é sempre inferior a 2.

Quanto à dimensão e à rentabilidade da empresa verifica-se que têm uma influência negativa no nível de *BTD*, concluindo-se assim que, em média, as empresas de maior dimensão e com uma melhor rentabilidade tendem a apresentar menores diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal.

Finalmente, analisado a taxa de crescimento do ativo, conclui-se que esta também evidencia uma relação positiva e estatisticamente significativa com o nível de BTB, levando a concluir que, em média, empresas com maiores taxas de crescimento do ativo estão associadas a maiores BTB.

No pressuposto de que a qualidade da auditoria, aqui medida pela variável dicotômica Big4 que assume valor 1 quando as empresas são auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG e valor 0 quando não são, poderá acentuar a relação anteriormente evidenciada, procedeu-se à estimação do modelo de regressão (equação (3)), cujos resultados são apresentados na Tabela VI e de modo a validar a hipótese 2.

TABLE VI A RELAÇÃO ENTRE AS CONTAS AUDITADAS POR UMA DAS BIG4 E O NÍVEL DE BTB

Variáveis independentes	Sinal	Coefficiente	Teste T
Constante		0,135***	(249,72)
Big4	+	0,048***	(53,76)
Size		-0,014***	(-161,04)
Profitability		-0,313***	(-240,94)
Growth		0,030***	(50,42)
Adj. R <sup>2</sup>		0,258	
Durbin-Watson		0,966	

\*\*\* estatisticamente significativo para um nível de significância de 0.01.

Os resultados evidenciam que a relação verificada na primeira regressão entre o nível de BTB e as contas auditadas é ainda mais acentuada quando a auditoria é realizada por uma das BIG4, pelo que se conclui que, em média, estas empresas estão associadas a maiores níveis de BTB que as restantes empresas, auditadas ou não. Também aqui não foram detetados problemas de multicolinearidade entre todas as variáveis explicativas incluídas no modelo uma vez que o valor de VIF (*Variance Inflation Factor*) esteve sempre próximo de 1.

Em todas as demais variáveis as conclusões mantiveram-se similares, uma vez que as alterações verificadas ao nível dos seus coeficientes foram ligeiras e em nada alteram as afirmações anteriormente expressas.

## 5- CONCLUSÃO

Neste estudo analisou-se a relação entre a auditoria às contas financeiras individuais das empresas nacionais não cotadas e o nível de *Book-Tax Differences*, apurado pela diferença entre o valor contabilístico reportado e as correspondentes declarações fiscais, bem como se a qualidade do auditor influencia esta relação. O estudo empírico teve por base 236.950

observações de 2010 a 2013 obtidas da base de dados Bureau van Dijk's Amadeus e recorreu a duas variáveis *Dummy* que assumem valor 1 quando as demonstrações financeiras das empresas incluídas na amostra foram simplesmente auditadas ou auditadas por uma das quatro maiores empresas do mundo neste setor. Foram ainda utilizadas o *Size*, o *Profitability* e o *Growth* como variáveis de controlo.

Os resultados permitem concluir que as empresas auditadas estão associadas a maiores níveis de BTB, em especial nas contas auditadas por uma das Big4 e em concordância com a literatura recente sobre esta matéria nomeadamente Huang & Chang (2016), ficando assim evidenciada a relação entre a qualidade da auditoria e as diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal.

## BIBLIOGRAFIA

- Badertscher, B., J. Phillips, M. Pincus, & S. O. Rego. (2009). Earnings management strategies and the trade-off between tax benefits and detection risk: To conform or not to conform? *The Accounting Review* 84: 63–98.
- Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1-24.
- Burgstahler, D. C., & Eames, M. J. (2003). Earnings Management to Avoid Losses and Earnings Decreases: Are Analysts Fooled?. *Contemporary Accounting Research*, 20(2), 253-294.
- Burgstahler, D., & Dichev, I., (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of Accounting and Economics* 24(1), 99–126
- Chen, H., J. Z. Chen, G. Lobo, & Y. Wang. (2011). Effects of audit quality on earnings management and cost of equity capital: Evidence from China. *Contemporary Accounting Research* 28 (3): 892–925.
- Christensen, B. E., A. J. Olson, & T. C. Omer. (2015). The role of audit firm expertise and knowledge spillover in mitigating earnings management through the tax accounts. *The Journal of the American Taxation Association* 37 (1): 3–36.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199.
- DeFond, M. L., & J. Jiambalvo. (1993). Factors related to auditor-client disagreements over income increasing accounting methods. *Contemporary Accounting Research* 9: 415–431.
- Degeorge, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to exceed thresholds. *The Journal of Business*, 72(1), 1-33.
- Desai, M. A. (2003). The divergence between book income and tax income. In *Tax Policy and the Economy*, Volume 17 (169-208). MIT press.
- Desai, M. A. (2005). The degradation of reported corporate profits. *Journal of Economic Perspectives*, 19(4), 171-192.
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145-179.
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2009). Earnings management, corporate tax shelters, and book-tax alignment. *National Tax Journal*, 62(2), 169-186.
- Dhaliwal, D., C. Gleason, & L. Mills. (2004). Last-chance earnings management: Using the tax expense to meet analysts' forecasts. *Contemporary Accounting Research* 21: 431–459.
- Eilifsen, A., Knivsfla IV, K. H., & Sættem, F. (1999). Earnings manipulation: cost of capital versus tax. *European Accounting Review*, 8(3), 481-491.
- Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The pricing of national and city-specific reputations for industry expertise in the US audit market. *The accounting review*, 80(1), 113-136.
- Francis, J., E. J. Maydew, & H. Sparks. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 18: 17–34.
- Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009). Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467-496.



- Freedman, J. (2004) Aligning taxable profits and accounting profits: accounting standards, legislators and judges, *eJournal of Tax Research*, 2(1), 71–99.
- Hanlon, M. & Shevlin, T. (2005) Book–tax conformity for corporate income: an introduction to the issues, *Tax Policy and the Economy*, 19(1), 101–134.
- Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. (2012). Audit fees and book-tax differences. *Journal of the American Taxation Association*, 34(1), 55-86.
- Hanlon, M., Laplante, S. K., & Shevlin, T. J. (2005). Evidence on the possible information loss of conforming book income and taxable income. *Journal of Law & Economics*, 48(2), 407-442.
- Hanlon, M., Maydew, E. L., & Shevlin, T. (2008). An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2), 294-311.
- Hayn, C. (1995). The information content of losses. *Journal of Accounting and Economics*, 20(2), 125-153.
- Huang, D. F., & Chang, M. L. (2016). Do auditor-provided tax services improve the relation between tax-related internal control and book-tax differences?. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(2), 177-199.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Jung, W. O. (1989). Strategic choice of inventory accounting methods. *Contemporary Accounting Research*, 6(1), 1-25.
- Kim, J. B., R. Chung, & M. Firth. (2003). Auditor conservatism, asymmetric monitoring, and earnings management. *Contemporary Accounting Research* 20: 323–359.
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 375-400.
- Klepper, S., M. Mazur, & D. Nagin. (1991). Expert intermediaries and legal compliance: The case of tax preparers. *The Journal of Law & Economics* 34 (April): 205–229.
- Lanis, R. & Richardson, G. (2011). The effect of board of director composition on corporate tax aggressiveness. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30, 50-70.
- Lee, K. W., Lev, B., & Yeo, G. (2007). Organizational structure and earnings management. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 22(2), 293-331.
- Lindahl, F. W. (1989). Dynamic analysis of inventory accounting choice. *Journal of Accounting Research*, 27(2), 201-226.
- Marques, M., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011). Earnings management induced by tax planning: The case of Portuguese private firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 20(2), 83-96.
- Maydew, E., & D. Shackelford. (2007). The changing role of auditors in corporate tax planning. In *Taxing Corporate Income in the 21st Century*, edited by Auerbach, J. A., J. R. Hines, Jr., and J. B. Slemrod, 307–337. New York, NY: Cambridge University Press.
- McGill, G. A. (1988). *The CPA's Role in Income Tax Compliance: An Empirical Study of Variability in Recommending Aggressive Tax Positions*. Ph.D. thesis, Texas Tech University.
- Mills, L. F. (1998). Book-tax differences and Internal Revenue Service adjustments. *Journal of Accounting Research*, 36(2), 343-356.
- Minnick, K. & Noga, T. (2010). Do corporate governance characteristics influence tax

management? *Journal of Corporate Finance*, 16, 703-718.

Nowotny, C. (2008). Taxation, accounting and transparency: The missing trinity of corporate life. In *Tax and Corporate Governance* (101-110). Springer Berlin Heidelberg.

Porcano, T. M., & Tran, A. V. (1998). Relationship of tax and financial accounting rules in Anglo-Saxon countries. *The International Journal of Accounting*, 33(4), 433-454.

Poterba, J., Rao, N., & Seidman, J. (2007). Deferred tax positions and incentives for corporate behavior around corporate tax changes. National Bureau of Economic Research. Working paper number 12923.

Reichelt, K. J., & D. Wang. (2010). National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research* 48 (3): 647–686.

Skinner, D. J., & Sloan, R. G. (2002). Earnings surprises, growth expectations, and stock returns or don't let an earnings torpedo sink your portfolio. *Review of Accounting Studies*, 7(2-3), 289-312.

Teshima, N., & Shuto, A. (2008). Managerial ownership and earnings management: Theory and empirical evidence from Japan. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 19(2), 107-132.

Wang, Q., Wong, T. J. & Xia, L. (2008). State ownership, the institutional environment and auditor choice: evidence from China. *Journal of Accounting & Economics*, 46, 112-134

Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2012). One-book versus two-book system: Learnings from Europe. Working paper available at SSRN 2111517.

Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2014). Book-Tax Conformity and Earnings Management: Insights from European One-and Two-Book Systems. *The Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 55-89.

Weisbach, D. A. (2001). Ten truths about tax shelters. *Tax Law Review*, 55(2), 215-253.

Whitaker, C. (2006). How to Build a Bridge: Eliminating the Book-Tax Accounting Gap. *The Tax Lawyer*, 59(4), 981-1020.

Wilson, R. J. (2009). An examination of corporate tax shelter participants. *The Accounting Review*, 84(3), 969-999.